

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO  
PREVINI – 2023.**

Às quatorze horas do dia vinte e oito de fevereiro do ano de 2023 compareceram para a primeira reunião referente ao corrente exercício, atendendo a convocação realizada pelo Presidente do Comitê de Investimentos - COMIN, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, devidamente publicada nos atos oficiais do Município, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do PREVINI, de acordo com o estabelecido no art. 98 da Lei Municipal 4419/2014 e em atendimento ainda a Portaria 422/2022, de 18 de novembro de 2022: Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, Sra. Andrea Ribeiro Rodrigues, Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, Sra. Márcia da Costa Melo e Sra. Juliana Kryssia Lopes Maia, para deliberarem, em reunião ordinária e em atendimento ao que dispõe o art. 99 da Lei Municipal 4419/2014, sobre a pauta a seguir: **a) ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** Este item tem como base o relatório emitido pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA, referente ao mês sob verificação, o qual será anexado a esta ata. Feita a análise conjunta pelos componentes do COMIN foi verificado por todos que os investimentos se enquadram dentro da Política de Investimentos. **b) ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DO PREVINI NO MÊS DE DEZEMBRO:** Sobre este item foram apresentados os documentos emitidos pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., empresa que presta consultoria ao Instituto, demonstrando a composição da carteira referente ao mês em análise, o enquadramento já citado no item "a" de acordo com a Resolução 4963/2021 e a Política de Investimentos, a distribuição dos recursos do Instituto, a rentabilidade e o risco da carteira e ainda o resultado das aplicações financeiras após as movimentações durante o mês de dezembro. O primeiro documento, que demonstra a composição da carteira, ilustra o capital total aplicado no valor de **R\$ 12.886.532,56** (doze milhões oitocentos e oitenta e seis mil quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), demonstrando um retorno acumulado de R\$138.061,43 (cento e trinta e oito mil sessenta e um reais e quarenta e três centavos). A tela de sistema referente ao enquadramento à Resolução 4963/2021 e a Política de Investimentos aponta que do total aplicado, 98,23% (noventa e oito inteiros e vinte e três centésimos por cento) estão alocados em renda fixa que equivale a R\$ 12.658.170,26 (doze milhões seiscentos e cinquenta e oito mil cento e setenta reais e vinte e seis centavos) e 1,77% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) estão alocados em renda variável que equivale a R\$ 216.773,66 (duzentos e dezesseis mil setecentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos). O documento referente ao retorno e meta atuarial demonstra um retorno de R\$ 126.472,79 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos), resultando em 116,91% (cento e dezesseis inteiros e noventa e um centésimo por cento) de atingimento da meta atuarial no ano de 2023. Detalhando o resultado da carteira, podemos observar que tanto os fundos de renda fixa quanto os de renda variável apresentaram resultados bastante positivos, com destaque para os fundos de renda variável Itaú Institucional Phoenix FIC Ações (CNPJ 23.731.629/0001-07), com retorno de 4,24%, rentabilizando R\$ 2.155,03; e Caixa Dividendos FI Ações (CNPJ 05.900.798/0001-41), com retorno de 5,69%, rentabilizando R\$ 9.433,61. Iniciando a análise dos fundos que compõem a carteira, observamos os seguintes desempenhos dos fundos: Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos FI Renda Fixa (CNPJ 10.740.670/0001-06), com retorno de 1,12%, rentabilizando R\$ 9.838,89; Itaú Institucional IRF-M 1 FI Renda Fixa (CNPJ 08.703.063/0001-16), com retorno de 1,08%, rentabilizando R\$ 17.392,99; BB IMA-B 5 FIC Renda Fixa Previdenciário LP (CNPJ 03.543.447/0001-03), com retorno de 1,37%, equivalente a R\$ 3.647,01; Itaú Institucional IMA-B 5 FIC Renda Fixa (CNPJ 09.093.819/0001-15), com retorno de - 1,38%, rentabilizando R\$ 20.011,85; BB IRF-M Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário (CNPJ 07.111.384/0001-69), com retorno de 0,82%, rentabilizando R\$ 1.889,89; Itaú Institucional FI Renda Fixa Referenciado DI

(CNPJ 00.832.435/0001-00), que teve um retorno de 1,13%, rentabilizando R\$ 29.189,25; Itaú Institucional Alocação Dinâmica FIC Renda Fixa (CNPJ 21.838.150/0001-49), com retorno de 0,50% rentabilizando R\$ 4.580,07; Itaú Institucional IPCA Action FI Renda Fixa LP (CNPJ 41.234.983/0001-08) com retorno de 1,15%, rentabilizando R\$ 12.986,84; Caixa Brasil Renda Fixa Referenciado DI LP (CNPJ 03.737.206/0001-97), com retorno de 1,09%, rentabilizando R\$26.936,00; BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI (CNPJ 13077418/0001-49), com retorno de 0,00%; Itaú Institucional Phoenix FIC Ações (CNPJ 23.731.629/0001-07), com retorno de 4,24%, rentabilizando R\$ 2.155,03; e Caixa Dividendos FI Ações (CNPJ 05.900.798/0001-41), com retorno de 5,69%, rentabilizando R\$ 9.433,61. **c) EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO**

**RPPS:** Foi apresentado pela Sra. Márcia, Chefe da Contabilidade, valores referentes às receitas e despesas do mês de janeiro de 2023, sendo que, as receitas totalizaram R\$16.460.483,20 e as despesas pagas no mês totalizaram R\$16.909.435,01 divididos em R\$16.494.842,77 referentes a folha de benefícios (aposentadorias e pensões) e R\$ 315.246,29 referentes as despesas administrativas. Foi informado ainda que o valor do orçamento inicial para o ano de 2023 de R\$213.108.656,01, empenhada até mês de janeiro de 2023 o valor de R\$50.575.722,14. **d) ANÁLISE DO CENÁRIO**

**MACROECONÔMICO:** Foi realizada breve análise do cenário macroeconômico tomando por base o relatório de mercado Focus do Banco Central do Brasil de 17 de fevereiro de 2023. Conforme mostram os dados do Boletim Focus, o mercado financeiro aumentou sua projeção para a inflação, mantendo a previsão para o PIB de 2023 conforme estimado a quatro semanas. Segundo as instituições financeiras consultadas semanalmente pelo Banco Central do Brasil, a expectativa para o IPCA deste ano passou de 5,48%, há quatro semanas, para 5,89%. A projeção de alta do PIB de 2023 passou de 0,79%, há quatro semanas, para 0,80%. A estimativa para o dólar (R\$/US\$) passou de R\$5,28, em quatro semanas, para R\$5,25. A expectativa para a taxa de juros Selic se encontra em 12,75% para o final do ano de 2023. Dando prosseguimento, foi apresentado o Cenário macro-Brasil do Banco Itaú Unibanco S.A., divulgado no dia 13 de fevereiro de 2023, que resumidamente acentuou os seguintes pontos: "Incertezas sobre o compromisso da política econômica com inflação baixa, inclusive sobre a autonomia do Banco Central (BC) para perseguir as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), têm levantado dúvidas sobre o regime monetário corrente. Nesse contexto, as expectativas dos agentes estão se distanciando da meta de inflação, até para horizontes maiores, e uma revisão da meta do atual patamar de 3,0% poderia ampliar esse movimento de desancoragem. O temor acerca de mudanças no regime monetário já foi relevante e duradouro o suficiente para dificultar, ainda que não inviabilizar, o processo de redução da inflação à frente. Assim, esperamos que o IPCA fique mais alto do que antes, tanto em 2023 quanto em 2024 (ver abaixo), e vemos risco que a taxa Selic fique elevada por mais tempo. Por enquanto, mantemos a projeção de taxa Selic em 12,50% em 2023 e 10,0% em 2024. No entanto, se a piora das perspectivas inflacionárias continuar, o risco é de haver até mesmo uma nova alta de juros. Para reverter a dinâmica negativa seria importante o governo reforçar o compromisso com a inflação baixa, mantendo a meta em 3,0% e reduzindo a incerteza sobre sua postura quanto à autonomia do Banco Central. Revisamos projeção de inflação em 2023 para 6,3%, de 5,8%, incorporando revisão altista em preços administrados (gasolina, emplacamento e licença, plano de saúde e energia elétrica). Revisamos a projeção para o próximo ano para 4,2%, de 3,7%, com impacto da desancoragem das expectativas de inflação. Uma maior desancoragem e eventual revisão da meta poderia levar a projeção de 2024 para acima de 5%. Fundamentos continuam apontando para um crescimento fraco em 2023. No entanto, nossos indicadores proprietários de atividade melhoraram no começo do ano, e as perspectivas para a economia global estão um pouco mais favoráveis. Assim sendo, revisamos o crescimento projetado para o PIB deste ano para 1,3%, de 0,9%. Nossa perspectiva é de que esse momento positivo seja temporário e que a economia retorne à tendência de desaceleração nos

próximos meses. Observamos, também, que desdobramentos de eventos de crédito corporativo podem, em certos cenários, ter repercussões mais amplas, o que teria efeito restritivo sobre a atividade econômica. No mercado de trabalho, os dados mais fracos na margem apontam para uma taxa de desemprego de 8,5% em 2022 (ante 8,2%) e 8,6% em 2023 (ante 8,5%). Revisamos nossa projeção de taxa de câmbio para R\$ 5,30 por dólar ao final de 2023, de R\$ 5,50 por dólar, com melhora, mesmo com momentos voláteis, do ambiente externo. O prêmio de risco doméstico segue em patamar elevado e deve impedir uma apreciação maior da moeda. Projetamos a taxa de câmbio em R\$ 5,40 por dólar em 2024. A revisão de crescimento ajuda apenas marginalmente os números fiscais e não altera o desafio estrutural de equilíbrio das contas públicas. Estimamos déficit primário de 1,4% do PIB em 2023 (anteriormente: - 1,6%), déficit primário de 0,9% do PIB em 2024 e dívida bruta em 76% e 79% do PIB para esses anos, respectivamente." Na sequência foi apresentado o relatório Macro Brasil do Banco Santander S.A., divulgado em 23 de fevereiro de 2023. Trazemos os seguintes destaques: "VISÃO GERAL: As principais atualizações no cenário macroeconômico do Santander para o Brasil referem-se à expectativa de inflação mais alta e à consequente resposta da política monetária. Antevemos inflação em 2023 pressionada por preços administrados, mercado de trabalho apertado até o terceiro trimestre do ano, e preços de commodities metálicas e de energia ainda com algum suporte. Para o médio prazo, incertezas relacionadas à aprovação de reformas macroeconômicas contribuem para levar a expectativa de inflação ao topo da banda de tolerância da meta de inflação de longo prazo. Tal condição pode melhorar em caso de aprovação bem-sucedida de um arcabouço fiscal e uma reforma tributária eficazes. As condições externas também contribuem para um cenário com mais inflação e juros maiores no Brasil, com um conta do déficit em transações correntes próximo a 3% do PIB (acima da média histórica) e uma desaceleração global menos intensa e provavelmente mais curta que o anteriormente esperado. GLOBAL: Na China, a reabertura da economia começou mais cedo e de forma mais acelerada do que o antecipado. Diante de protestos por parte da população contra as restrições impostas para conter a pandemia, o governo iniciou o processo de reabertura já em dezembro de 2022, e não recuou da decisão mesmo diante do forte aumento nos números de contaminações. Os impactos econômicos já são sentidos, com os dados de mobilidade de alta frequência nos patamares mais elevados dos últimos anos e com sondagens empresariais (PMIs) voltando para território expansionista, em particular no setor de serviços. Estimamos um crescimento chinês mais robusto em 2023 (5,8%; antes: 4,8%). Nos EUA, a resiliência no mercado de trabalho - que segue mostrando forte geração de empregos, mesmo com uma taxa de desocupação perto das mínimas históricas - deve fazer com que o Federal Reserve (banco central) siga no processo de aperto monetário até a reunião de maio (antes projetávamos o fim do ciclo em março). Projetamos assim uma taxa terminal de ciclo em 5,25% (antes: 5,00%). A combinação de um crescimento mais robusto na China com taxas de juros mais elevadas nos EUA gera um ambiente misto para as economias emergentes, e para o Brasil, em particular. POLÍTICA FISCAL: Após um saldo primário consolidado positivo em 2022, continuamos estimando um déficit para 2023, considerando uma expansão fiscal já em curso (totalizando impulso de ~1,9 p.p. do PIB), além do pacote fiscal apresentado pelo governo para mitigar o déficit. Incluímos em nosso cenário, como mudança permanente, a utilização de créditos tributários do ICMS, elevando as receitas em R\$ 30 bilhões por ano. Nesse cenário, projetamos déficit primário de -1,4% do PIB em 2023 (antes: -1,5% do PIB). Adicionalmente, seguimos enxergando elevação no déficit nominal, dado o aumento no custo da dívida, o que implica trajetória ascendente mais acentuada da dívida pública no médio prazo. No curto prazo, contudo, dado o endividamento abaixo do projetado ao final de 2022, reduzimos a projeção de dívida bruta/PIB ao final de 2023 para 78,9% (antes: 80,2%). No longo prazo, seguimos vendo um caminho arriscado para a estabilização da dívida, em um contexto de elevada pressão por gastos sociais e resistências para aumentos de

impostos (dada a carga tributária de 33-34% do PIB, acima da média das economias emergentes). Na nossa visão, o ciclo mais prolongado das commodities poderia mitigar temporariamente o impacto de aumentos de gastos. Mas o elevado patamar das despesas obrigatórias (rigidez orçamentária), continua sendo uma preocupação.

**INFLAÇÃO:** Embora continuemos a projetar uma desinflação cíclica de preços livres no curto prazo, aumentamos a projeção do IPCA 2023 para 5,9% (antes: 5,4%). A revisão foi baseada em um aumento da inflação esperada de preços administrados, por conta de efeitos-base gerados pelo fato de não termos alterado nossa projeção de petróleo ao fim de 2023 (mantivemos estimativa de US\$ 95 /barril, depois de o preço ter atingido US\$ 86 no final do ano passado). Para o IPCA 2024, atualizamos nossa projeção para 3,7% (antes: 3,5%) por conta de efeitos inerciais de uma inflação mais alta em 2023. Contudo, a maior mudança em nosso cenário foi para o médio e longo prazo: agora esperamos o IPCA 2025 em 4,0% (antes: 3,0%) e IPCA 2026 em 4,5% (antes: 3,0%). A mudança reflete incertezas relacionadas a aprovação de reformas estruturais e seus efeitos nas expectativas de inflação, em um contexto de hiato do produto apertado.

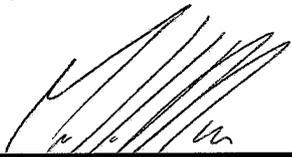
**POLÍTICA MONETÁRIA:** Apesar de o Banco Central do Brasil (BCB) ter mantido a taxa Selic em 13,75% nas últimas reuniões, a autoridade demonstra, em comunicações oficiais neste início de ano, uma maior preocupação com os riscos inflacionários, em meio às incertezas fiscais e elevações nas expectativas de inflação. O Copom não considera mais um plano de voo com cortes de juros no 3T23, e estima que um aperto mais prolongado (assumindo Selic estável em todo o horizonte relevante, até o final de 2024) gera um "impacto relevante sobre as projeções [de inflação] em direção à convergência às metas". Esse raciocínio justifica a intenção da autoridade de manter o juro estável nas circunstâncias atuais, com o BCB avaliando "se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por um período mais prolongado do que no cenário de referência será capaz de assegurar a convergência da inflação". O plano de voo parece não prever início de ciclo de flexibilização antes do 4T23. E a depender da evolução do cenário fiscal e das expectativas de inflação, os cortes de juros podem ser adiados novamente. Estamos alterando nossas projeções para a taxa de juros, antevendo o início de um ciclo de cortes a partir de novembro (antes: agosto), com a Selic fechando 2023 em 13,00% (antes: 12,00%). Projetamos reduções graduais ao longo de 2024, levando a Selic para 11,00% (antes: 9,00%). Estimamos uma taxa neutra de 5% em termos reais (antes: 4%), consistente com uma Selic nominal estruturalmente em torno de 9% para o médio e longo prazo."

**e) PROPOSTA DE INVESTIMENTOS E RESPECTIVAS ANÁLISES TÉCNICAS:** Após a apresentação do cenário macroeconômico do Brasil e principais riscos, foi discutido pelos membros do Comitê de Investimentos se a alocação dos recursos financeiros do Instituto está em linha com a política de investimento para o ano de 2023, tendo em vista a necessidade para o atingimento da meta IPCA + 4,61%. No retorno acumulado atingimos um total de 1,08% ante uma meta acumulada de 0,93%, alcançando, como já antes demonstrado, 116,91% de atingimento da meta atuarial referente ao mês de janeiro ano de 2023. No balanço geral, o desempenho da carteira no mês de janeiro do ano de 2023 se mostrou condizente com a proposta contida em nossa política de investimentos visando à obtenção de um retorno maior com o menor risco possível.

**f) ASSUNTOS DIVERSOS:** Durante a reunião foi disponibilizado o processo nº2023/02/182, encaminhado pela Diretora-Presidente do PREVINI, a Sra. Jailce Perrut dos Santos Scofano, para manifestação do COMIN sobre possíveis investimentos para a quantia de R\$800.000,00 em dois fundos de investimentos, CAIXA BRASIL 2023, CNPJ:44.683.378/0001-02, taxa indicativa IPCA + 4,80% e CAIXA BRASIL 2024 IV, CNPJ: 20.139.595/0001-78, taxa indicativa IPCA + 6,15%. Os membros do COMIN analisaram as propostas e verificaram que os fundos se enquadram dentro da meta de rentabilidade da Política de Investimentos para o ano de 2023, IPCA + 4,61%. Compulsando os autos do processo nº2023/02/182 foi verificado que os fundos já foram analisados pela Consultoria Crédito e Mercado e estão enquadrados no art.7º, Inciso I, alínea "b" da Resolução CMN nº

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA IGUAÇU – PREVINI  
COMIN – COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

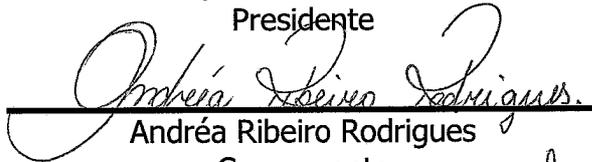
4.963/2021. Caso o gestor avalie que não há necessidade de utilização dos recursos antes da data de vencimento, os membros do COMIN sugerem a aplicação no fundo de investimento CAIXA BRASIL 2024 IV, CNPJ: 20.139.595/0001-78, com a taxa indicativa IPCA + 6,15%, ciente de que pode haver uma pequena oscilação na data da aplicação. Por fim, submetemos a ata à apreciação dos membros do Conselho Fiscal do PREVINI. E como ninguém mais quis fazer uso da palavra o Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, encerrou a reunião e lavrou a respectiva ata que, após lida e aprovada, vai assinada por todos.



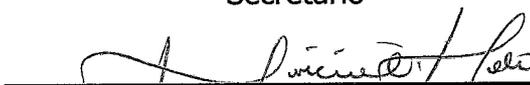
Marcello Raymundo de Souza Cardoso  
Presidente



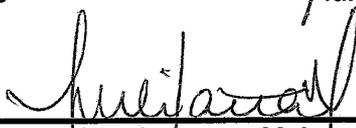
Fabrício Martins Carvalho da Silva  
Secretário



Andréa Ribeiro Rodrigues  
Componente



Márcia da Costa Melo  
Componente



Juliana Kryssia Lopes Maia  
Componente

